

**18º Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)**

GT 22: Movimentos Sociais Contemporâneos

**Mobilizações dentro e fora das ruas: uma análise dos ciclos de protesto
do movimento estudantil brasileiro nas últimas três décadas (1994-2016)**

Maria Victória Espiñeira (UFBA)

Cláudio André de Souza (UCSAL)

Introdução

O interesse acadêmico pela temática dos movimentos sociais vem sendo retomado nas últimas duas décadas a partir de novas agendas de pesquisa nas universidades brasileiras caracterizadas por um debate teórico liderado pela perspectiva dos movimentos sociais como agentes conformados em relações complexas e diversificadas com o sistema político (ALONSO, 2009; BRANDÃO, 2011; CARLOS, 2015; GOHN, 2004; TATAGIBA & BLICKSTAD, 2012). A ascensão desta perspectiva se dá em um contexto de crítica aos teóricos dos novos movimentos sociais como Alain Touraine (1985), que defendiam analiticamente a centralidade da produção cultural e simbólica destes atores societários, portanto, sem necessariamente criar estratégias de ação em direção ao Estado (MELUCCI, 1985;1980 apud CARLOS, 2015).

Este novo prisma conceitual sobre os movimentos sociais brasileiros se deu a partir de um panorama teórico preocupado em criar mapas explicativos sem sujeitos coletivos de “costas” para o Estado, valorizando a intensa interlocução teórico-analítica com um campo de produção sobre as implicações mútuas da relação entre sociedade civil e Estado a partir da redemocratização do país.

De lá para cá, as pesquisas revelam no plano teórico-metodológico “que não há uma só teoria ou agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais, mas múltiplas agendas e teorias” (GOHN, 2012, p. 32). Embora esta autora critique o ecletismo nos estudos dos movimentos sociais, vemos que, na verdade, as mudanças empíricas do fenômeno levaram a uma busca de mescla e reconfiguração das matrizes analíticas presentes nas ciências sociais, dando uma nova amplitude aos estudos sobre os movimentos sociais e a sociedade civil brasileira.

Convergindo para o diálogo com a literatura do *confronto político*, este trabalho busca delimitar e sugerir analiticamente os últimos três ciclos de mobilização do movimento estudantil universitário liderados pela União Nacional dos Estudantes (UNE). O primeiro é marcado por amplos protestos de rua contra as agendas neoliberais (1992-2004); o segundo apresenta a disputa ampla marcada pelo diálogo crítico com os governos dos Presidentes Lula e Dilma em torno das políticas educacionais pensadas por estes governos (2005-2014) e

ao mesmo tempo se volta para pautas endógenas, levando o movimento a se mobilizar quase que exclusivamente para dentro da universidade, mas sem deixar de pensar em pautas amplas (combate ao racismo, igualdade gênero, luta contra homofobia, etc.) e não entrando em confronto com o governo.

O terceiro ciclo (em curso) tem início em 2015 diante do desfecho do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff (PT) com novas mobilizações de rua e ocupações, com pautas precisas pela democracia, pela defesa da saúde e educação pública e direitos trabalhistas enquanto “formas ativas de resistência”.

Em síntese, este trabalho procura debater as vertentes teóricas sobre os movimentos sociais em interação com o sistema político, analisando o caso do movimento estudantil universitário, observando de que forma grande parte dele manteve os repertórios de ação preconizando o seu deslocamento entre pautas endógenas e exógenas como reflexo do sistema político, levando a manutenção do conflito políticos com detentores de poder diferentes (governos x reitoria).

Este trabalho está estruturado em cinco partes: a primeira busca apresentar um breve diálogo com os teóricos do processo político e também do confronto político em torno da relevância em valorizar o caráter de interação entre os movimentos sociais e o sistema político. A segunda parte busca situar o desenho empírico da pesquisa e a escolha pelo conceito de ciclos de protesto. As demais três partes buscam apresentar uma proposta de delimitação de três ciclos de protestos vividos pelo movimento estudantil universitário organizado pela UNE.

Movimentos Sociais e sistema político na teoria dos movimentos sociais

A teoria do Processo Político (PP) se destaca pelo seu objetivo de suprimir em termos conceituais a separação entre movimentos sociais e o Estado, já que para Tilly (2010) somente é possível estudar os movimentos sociais diante da aplicação de uma visão ampla que os relacione com outras formas de ação

política (ABERS & BULOW, 2010). Doug McAdam e Sidney Tarrow (2011, p. 21-22), em trabalho recente destacam a valiosa contribuição de Tilly para a construção de um novo arcabouço teórico imbuída em operar a aproximação entre movimentos e sistema político:

[...] a figura chave, cujo trabalho vinculou política institucional e política dos movimentos desde o início, foi Charles Tilly. Desde sua tese de doutorado, *The Vendée* (1964), passando por suas obras mais importantes no Reino Unido (1994) e na França (1986), até o ápice de sua carreira, com *Contentious Performances* (2008), Tilly rejeitou a estreita divisão das especialidades acadêmicas em favor de um conceito muito mais amplo, a que chamou de “política contestória” [...] No centro da sua perspectiva encontra-se a afirmação de que os movimentos sociais e os sistemas de política institucional são mutuamente constitutivos; de que para entender o fluxo e refluxo dos movimentos, estes precisam ser vistos, pelo menos em parte, como um produto de mudanças em sistemas de política institucionalizada; e de que o inverso também é verdadeiro: mudanças na política institucionalizada muitas vezes resultam de movimentos, um ponto que – junto com Tilly – já discutimos em outro trabalho (McAdam, Tarrow e Tilly, 2001), e que ele desenvolveu em sua obra *Regimes and Repertoires* (2006).

Analisando a *Teoria do PP*, Alonso (2009, p. 56) entende que

[...] esta perspectiva afeta a compreensão das instituições políticas. A mobilização baseia-se num conflito entre partes, uma delas momentaneamente ocupando o Estado, enquanto a outra fala em nome da sociedade. Essas posições são variáveis, os atores migram entre elas. Por isso, a análise tem de suplantar as barreiras convencionais que definem “Estado” e “sociedade” como duas entidades coesas e monolíticas. Assim, em vez de definir a equação como movimentos sociais versus Estado, a TPP opõe “detentores do poder” (os membros da *polity*), que têm controle ou acesso ao governo que rege uma população (incluídos os meios de repressão), e “desafiantes”, que visam obter influência sobre o governo e acesso aos recursos controlados pela *polity*. Um movimento social é definido, então, como uma “interação contenciosa”, que “envolve demandas mútuas entre desafiantes e detentores do poder”, em nome de uma população sob litígio. (Tilly, 1993)

Para E. Carlos (2015), as teorias da Mobilização de Recursos (MR) e do PP tiveram êxito ao concentrar suas pesquisa na busca das condições de emergência, desenvolvimento e sucesso da ação coletiva. Na MR o foco é a racionalidade dos indivíduos fruto de um cálculo de custos e benefícios da participação (McCARTHY; ZALD, 1973; 1977).

As críticas de Tarrow à MR residem na ênfase dada ao caráter individual e racional dos movimentos sociais, ignorando a relevância da dimensão societária da ação coletiva que se dá por meio da valorização analítica do contexto político-institucional. A proposta de Tarrow ao analisar as estruturas de incentivos e/ou constrangimentos externos aos movimentos sociais resultou

no conceito de estruturas de oportunidades políticas no qual atores são encorajados ou desencorajados a se engajar no confronto político.

As oportunidades constituem uma das dimensões que compõem a emergência de um movimento social (TARROW, 2008), ou seja, as oportunidades políticas dão origem à ação coletiva “para representar demandas sociais e da sua capacidade de influir nas instituições políticas no sentido de torná-las acessíveis aos seus reclamos” (McADAM; TARROW; TILLY, 2001 apud CARLOS, 2015, p. 22).

Para E. Carlos (2015) a teoria do PP, assim como a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), perde a capacidade analítica de produzir uma observação sobre as nuances das conexões entre movimentos sociais e o sistema político na medida em que se prende à separação entre sociedade civil e Estado como operação normativa do liberalismo, como já havia ressaltado Evelina Dagnino (2004;2006) ao explorar a dinâmica de interação entre sociedade civil e sociedade política em torno das democracias latino-americanas.

Von Bülow e Abers (2011) seguem na mesma direção criticando a perspectiva que acredita que os ativistas interagem com o Estado e não participam diretamente da gestão estatal. Tal compreensão para as autoras pouco avança no reconhecimento de “algumas das relações complexas que existem entre pessoas no aparato estatal e aquelas que agem a partir de organizações de movimentos sociais” (p. 64).

De alguma maneira, os teóricos da PP rejeitam a compreensão da ação coletiva dentro da dinâmica “disruptiva” (protesto público) e de intensa mobilização não institucionalizada, como algo de natureza política *outsider* ao sistema político (GAMSON, 1990; DALTON & KUSHLER, 1990 apud CARLOS, 2015). Tal definição envolvendo formas de ação coletiva sem conexão com o Estado revela um “fetiche da autonomia” como se os sujeitos coletivos não ocupassem as esferas de poder do sistema representativo, buscando obter ganhos políticos eleitorais em espaços como governos e partidos. Na literatura sobre os movimentos sociais, Hellman (1992, p. 30) chama a atenção ao fato de que dentro das agendas de pesquisas sobre os movimentos sociais o

debate da autonomia como signo da não relação dos movimentos com o Estado “levava a interpretar toda aproximação dos movimentos com o Estado e partidos sob o signo da cooptação, instrumentalização e subordinação”.

Jack Goldstone (2003) avança o debate entre os teóricos do PP entendendo que em Tilly (1998) se encontra a limitação referente à separação entre movimentos sociais e sistema político, ao afirmar que os movimentos buscam constranger e desafiar os detentores de poder político como se os movimentos sociais tivessem atores políticos dissociados e figurados de maneira oposta ao Estado.

Uma provocação para debate sobre este aspecto reside na aceitação do conceito de projeto político de Dagnino, Olvera e Panfichi (2004) enquanto uma proposta conceitual voltada a reconhecer os movimentos sociais como possuidores de um projeto político em disputa no terreno da sociedade civil e da sociedade política, em diálogo com a noção de matrizes discursivas (*frames*) conforme debate apresentado especialmente por Tilly, McAdam e Tarrow. Em outros termos, estamos inclinados a considerar como vantagem interligar os projetos políticos como norteadores de ação e organização dos movimentos sociais, cujo projeto político tende a ser representado por forças políticas que atuam no terreno institucional, como também já nos alertavam Cardoso (1987), Kowarick (1987) e Boschi e Valladares (1987) ao incorporarem em seus trabalhos a dimensão analítica da atuação estatal e os seus efeitos sobre os movimentos sociais com foco no caso brasileiro.

O que faltou à Tilly e os demais teóricos da PP foi corporificar mais amplamente diante dos marcos teóricos oferecidos o fato de que uma parte significativa dos movimentos sociais se entrecruza com as instituições representativas diante da defesa de valores e princípios que são amalgamados pelos partidos políticos enquanto instituições que permeiam os movimentos sociais e o sistema político, transitando sob as insígnias da representação e da participação.

Os argumentos relevantes trazidos por Von Bülow e Abers (2011, p. 63) apontam corretamente para o fato de que não apenas a abordagem do processo político e da política do conflito, mas também a literatura sobre

sociedade civil ressaltam que os movimentos podem ser definidos como sendo inerentemente distintos do Estado, ou seja, “esse pressuposto impede que se capturem algumas das relações complexas que existem entre pessoas no aparato estatal e aquelas que agem a partir de organizações de movimentos sociais”.

No entanto, inexistente aqui uma “sociologia” do Estado, suficiente para reconhecer que os governos e demais instâncias são dirigidas por interesses sob a liderança dos partidos políticos, os quais também se encontram, em várias situações, em diálogo via presença, influência ou em contato direto com os movimentos sociais. Com um olhar mais próximo de alguns estudos empíricos dá para perceber que a ocupação de espaços no Estado por parte de ativistas se formam nas relações estabelecidas por dentro dos partidos políticos sob a dinâmica das disputas eleitorais que fogem ao controle dos movimentos.

Sem uma conclusão posta, sugerimos aqui, uma virada nas perspectivas de abordagem das pesquisas na medida em que é necessário rever o lugar dos partidos políticos na teia complexa de interação entre movimentos sociais e a política institucional dentro de um esforço investigativo possível, conforme os trabalhos de Swako (2012), Tatagiba e Meza (2016). Bringel e Falero (2016) também se lançam nesse esforço ao proporem “sincronizar” os ciclos de protesto dos movimentos sociais latino-americanos com a ascensão temporal de governos progressistas de toda a região.

Movimento estudantil brasileiro e os ciclos de protestos

Um marco analítico desse trabalho diz respeito à escolha dos ciclos de protestos enquanto uma delimitação conceitual para a compreensão do movimento estudantil brasileiro. O conceito de ciclo de protestos remete a uma fase de intensificação dos conflitos, alcançando um patamar elevado de mobilização com grande visibilidade perante o conjunto da sociedade (TARROW, 2011), sendo que as “dinâmicas dos ciclos são influenciadas pelos padrões de interação entre movimentos sociais e Estado, no decorrer do jogo

político rotineiro no qual os atores organizados buscam influenciar as instituições” (TATAGIBA, 2014, p. 38).

Breno Bringel (2009) em um trabalho bastante relevante sobre os ciclos de mobilização dos estudantes brasileiros dentro do diálogo com a literatura do *confronto político*, seguindo Tilly (1978 e 1974) e Tarrow (1991 e 1998), aponta para a existência de ciclos de ação coletiva ao longo dos anos como uma ferramenta interpretativa de grande valia para a explicação do que tem ocorrido no movimento estudantil brasileiro. Vale registrar que embora o movimento não se valha de mobilizações que ocorrem dentro da universidade, há nesse caso uma intenção explícita de diálogo e confronto com o poder executivo, que organiza e é responsável pela gestão das Instituições Federais de Ensino (IFEs).

Nessa direção, é necessário o delineamento dos diferentes ciclos de mobilização estudantil. O uso de ciclos ou fases de mobilização também foram utilizados em outros trabalhos, como o de Sevilliano (2008) e Pellicciotta (2008) que analisaram o movimento estudantil no período da ditadura. Mas, segundo Bringel (2009, p. 108),

[...] a utilidade desse enfoque para o estudo dos movimentos estudantis no Brasil é permitir a composição de diferentes ciclos de mobilização estudantil no País, que possibilitam uma abordagem histórica contínua das lutas dos estudantes, evitando as mistificações de determinados períodos históricos e contribuem para identificar os períodos de mobilização e desmobilização, ainda que sejam necessárias ferramentas analíticas adicionais para descobrir os motivos.

Um dos ciclos descritos por Bringel diz respeito à década de 1990, quando os marcos de ação coletiva sofreram transformações diante da aplicação de programas neoliberais que afetaram, em especial, as políticas educacionais, como a abertura do ensino superior como negócio a ser conduzido por redes privadas que ficaram responsáveis pela proliferação da oferta de vagas sem mecanismos de manutenção da qualidade por parte do governo, sem a valorização da atividade intelectual e a produção de um ambiente crítico e humanístico nessas instituições.

Esse argumento reforça para o autor a constatação em torno dos altos níveis de desmobilização estudantil sedimentado pela “[...] apatia, limitados, em geral, a demandas internas e ao reporte de algumas questões por meio dos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) e ‘demais instituições estudantis’”. (Ibid., p. 111) A expansão das instituições privadas também motivaram a desmobilização estudantil, para além de pautas fragmentadas, pontuais e específicas, delineando o que sugerimos ser um quadro cultural de novos marcos de identidade jovem, para além do seu pertencimento ao ambiente universitário.

Uma proposta sugerida por este trabalho, é a redefinição de três ciclos com características distintas entre 1994 e 2016 em termos de repertório e de *frame*, diante de um cenário de oportunidades políticas que marcou, inclusive, a criação de um ciclo de mobilizações que coincidiu com o período do lulismo como uma dimensão reformista do sistema político propulsionadora da criação de políticas favoráveis a uma “universidade popular” através de políticas como o PROUNI e o REUNI (como veremos na descrição do segundo ciclo).

O primeiro ciclo: protestos anti-neoliberais com ênfase nas ruas

De uma maneira geral, é possível constatar a escassez de estudos capazes de entender as mudanças em torno do movimento estudantil a partir dos anos 1990, já que foi vasta a produção anterior sobre a resistência dos estudantes durante o regime militar.

Independente do período em estudo, há uma vasta bibliografia multifacetada sobre o movimento estudantil, em sua maioria focada em “estudos de caso” e poucos dados empíricos sistematizados capazes de compreender um dos movimentos sociais que sempre mantiveram diversos repertórios de mobilização. Tais lacunas na produção científica podem ter como razão o fato do movimento estar entranhado nas estruturas acadêmicas de contato com a pesquisa, talvez seja fruto de um “desinteresse” típico do fenômeno do “espelho” de olhar para si, das fragilidades e dificuldades em estabelecer fronteiras rígidas entre sujeito e objeto. Também pode derivar de pouco interesse fruto do movimento estudantil ser pouco visto como um agente social revolucionário, diante do distanciamento real do mundo do trabalho.

Após o ciclo de protestos em torno do impeachment do Presidente Collor em 1992, a UNE passou a se mobilizar em torno de protestos contra as políticas do governo FHC, mas antes disso já havia uma forte crítica aos projetos do governo do presidente Itamar Franco, como o ato organizado pela UNE e pela UBES em março de 1994:

a sala que dá acesso ao elevador privativo do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, foi invadida ontem às 15h30 por mais de cem estudantes secundaristas e universitários que faziam uma manifestação contra o plano de estabilização da economia. A Polícia Militar do Distrito Federal invadiu o prédio e retirou todos os estudantes à força. Um estudante sofreu traumatismo craniano ao cair de um carro de som. Carlamar Vaz, 21, de Viçosa (MG), deu entrada no Hospital de Base. Três PMs e outros 15 estudantes também ficaram feridos. "Os estudantes foram agredidos porque os policiais militares pensaram que fossem invadir o prédio, e estavam apenas se abrigando da chuva", disse o deputado Haroldo Lima (PCdoB-BA). Cerca de 2.000 estudantes participaram da manifestação, segundo o presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), Fernando Gusmão. Eles revidaram à intervenção da polícia com pedradas. Alexandre Local, estudante de Ciências Contábeis de Volta Redonda, sofreu vários ferimentos no rosto. Arturo Pimentel foi espancado por cerca de dez policiais na sala que dá acesso ao elevador de FHC. O espancamento continuou depois que ele caiu no chão e também após ser colocado pelos policiais num sofá. A PM empregou 200 homens na operação. A violência maior ocorreu a partir do momento em que a Polícia Federal guinchou o carro de som da manifestação. Os estudantes jogaram pedras e paus em policiais. Três vidros do prédio foram quebrados (Folha de São Paulo, 17/03/1994)¹.

Os anos 1990 foram marcados por protestos dentro e fora das universidades contra os cortes de verbas, com o movimento estudantil produzindo diversas mobilizações de caráter endógeno através de pautas específicas em direção às administrações universitárias, no entanto, havia a percepção no movimento de que as mobilizações deveriam ter um caráter mais amplo contra o governo FHC, que buscava estabelecer um programa neoliberal com intervenções sistemáticas para além do ambiente universitário. Segundo Poerner (2004, p. 301),

no primeiro congresso da era FHC, o 44º., em Brasília, na Academia de Tênis, a UNE elegeu o seu primeiro presidente negro, o baiano Orlando Silva Júnior, em junho de 1995, quando se celebrava o tricentenário da morte de um dos primeiros heróis brasileiros, Zumbi dos Palmares. Mais de oito mil estudantes (dos quais 5.346 eram

¹ Ver matéria no link: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/17/caderno_especial/9.html> Acesso em 21/mar. 2017.

delegados) compareceram ao congresso, em que a chapa vencedora, “Saudações a quem tem coragem!” –, nome extraído de música do grupo Barão Vermelho – era, mais uma vez, do PCdoB, com apoio dos independentes, e teve que enfrentar encarniçado combate do PT e do PSTU. Já no dia seguinte à eleição, a UNE, debaixo de forte repressão policial, participou de concentração, às portas do Congresso Nacional, contra a quebra do monopólio estatal do petróleo, que violaria o artigo 177 da Constituição. E esta seria uma das tônicas da gestão de Orlando, que se destacou na luta contra as privatizações da Vale do Rio Doce e das empresas estatais consideradas estratégicas para o desenvolvimento nacional, como a Telebrás, que motivou grandes manifestações, sobretudo no Rio.

Em 1997, no 45º Congresso da UNE, a perspectiva da maioria dos grupos político-partidários que militavam na entidade foi de continuar a promover protestos e demais mobilizações contra o governo FHC², mas ao mesmo tempo defendendo uma proposta de reforma universitária em contraponto ao governo. Ainda de acordo com Poerner (2004, p. 302), o governo do Presidente Fernando Henrique não obteve, em momento algum, uma trégua da UNE:

as aposentadorias em massa de professores, alarmados com o projeto de reforma da Previdência, levaram os estudantes ao primeiro protesto de rua ainda na gestão de Fernando Gusmão, em março de 1995, no Rio. No ano seguinte, durante uma greve de professores na UFRJ, foi a vez da maior assembléia estudantil do Fundão, com cerca de 1.500 alunos mobilizados contra um projeto de cobrança de mensalidades nas universidades públicas que tramitava na Câmara dos Deputados. Sob o lema “Eu não agüento FHC”, um dos raros sinais de resistência à política federal numa fase ainda marcada pelo sucesso da estabilidade monetária, a UNE não parou de fustigar o presidente e o seu ministro da Educação. Outra iniciativa de repercussão foi a campanha contra o chamado exame nacional de cursos, uma avaliação do MEC que os estudantes apelidaram de Provão. Com a divisa “O Provão não prova nada, queremos avaliação de verdade!”, a UNE desencadeou uma polêmica nacional em torno do assunto e muitos boicotaram a prova, entregando-a em branco. Em compensação, a UNE de Orlando Silva Júnior buscou uma aproximação com reitores, professores e servidores das universidades, assim como uma reaproximação com os seus ex-presidentes, 17 dos quais estiveram, em 1997, na solenidade alusiva aos 60 anos da entidade, que mereceu até selo comemorativo dos Correios.

Mesclando os tipos de repertórios de mobilização, a direção eleita no 44º Congresso cumpriu a resolução que indicava a retomada do contato com a produção artística, científica e cultural, interrompido desde o dismantelamento do CPC (Centro Popular de Cultura) pelo golpe militar em 1964. Na última semana de janeiro de 1999, a 1ª Bienal de Cultura da UNE reuniu cerca de

² Ver matéria da Folha de S. Paulo no link:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/7/02/cotidiano/1.html>> Acesso em 23/mai. 2017

sete mil universitários de diversos estados no Centro de Convenções de Salvador³, onde a entidade iniciara, 20 anos antes, a sua reconstrução.

A estratégia das mobilizações enquanto “frente” já colocava a UNE em uma agenda intensa de protestos, sendo um dos mais importantes a “marcha dos cem mil” realizada em 1999, que pediu a abertura de um processo por suposto crime de responsabilidade de FHC no processo de privatização das teles. Alguns setores defenderam o impeachment do presidente. Segundo a CUT (Central Única dos Trabalhadores), participaram do ato mais de cem mil pessoas. Em reportagem da Folha de S. Paulo,

o abaixo-assinado deverá ser entregue ao presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP). 'Temos mais de 1 milhão de assinaturas no abaixo-assinado', disse Sandra Cabral, secretária de comunicação da CUT. Promovem a marcha o PT, PDT, PSB, PC do B, PCB, PMN, PSTU e 17 entidades -como CUT, MST e UNE⁴.

Até o final do governo FHC, o movimento estudantil universitário esteve focado na crítica às propostas vindas de Brasília e entendiam que a melhoria das universidades federais perpassava pela mobilização “sistemática” contra o governo tucano, o que não suprimia as mobilizações por pautas específicas direcionadas ao confronto com as reitorias. No entanto, para a UNE o confronto com o governo também se seu em torno da política de expansão das faculdades e universidades privadas, levando à criação de centros acadêmicos e DCEs nestas instituições, assim como mobilizações, em especial, preocupadas em denunciar à política de reajuste das mensalidades⁵.

O fim deste ciclo ocorre em 2004 com os protestos contra a política econômica do governo Lula⁶, mas miravam os debates colocados em torno da reforma universitária proposta pelo governo, cuja consequência foi uma greve estudantil de dimensão nacional com protestos e ocupações de reitoria por todo país,

³ Matéria da Folha de São Paulo sobre o evento no link:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/folhatee/fm08029913.htm>> Acesso em 01/jun. 2017

⁴ Reportagem completa no link: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc26089902.htm>> Acesso em 23/mai. 2017

⁵ Ver matéria da Istoé sobre a guerra pelo mercado das instituições privadas de ensino (09/02/2000):

<http://istoe.com.br/32254_A+GUERRA+DO+CANUDO+/> Acesso em 01/jun. 2017

⁶ Ver mais informações nessa matéria de um jornal do Paraná:

<http://www.tribunapr.com.br/noticias/brasil/estudantes-nas-ruas-por-mudancas/> Acesso em 22/mai. 2017

contando com o apoio de professores e técnicos-administrativos. Na verdade, estes repertórios derivaram no avanço decisório do governo em torno da reforma universitária. Em reportagem da Folha de São Paulo, os protestos organizados pela UNE tiveram como propósito:

a UNE (União Nacional dos Estudantes) e a Ubes (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) programaram manifestações para pedir realização de reforma no ensino superior, com ampliação de vagas e fortalecimento do seu caráter público, gratuito e universal. Os eventos começam nesta terça-feira, em Belo Horizonte, e vão até quinta-feira, no Rio de Janeiro e Cuiabá. Na sexta será lançada em Porto Alegre (RS) a "Caravana UNE pelo Brasil", que percorrerá 32 universidades debatendo a reforma universitária. A expectativa do movimento é que no total 100 mil estudantes participem das atividades. As entidades pedem mudanças na política econômica do governo federal, além da reserva de 50% das vagas nas universidades para a escola pública; regulamentação do ensino superior privado; ampliação de vagas e garantia de financiamento para as universidades públicas; direito ao passe-estudantil⁷.

A disposição de uma parte dos coletivos político-partidários que apoiavam o governo naquele ano era de “disputar” a reforma organizando mobilizações dentro de uma lógica interna concorrencial do movimento que assistia ao crescimento do PSTU em nível nacional já em uma posição muito crítica ao governo petista. Em 2003, o partido lidera no interior do movimento uma ruptura com a UNE (Movimento de Ruptura Socialista – MRS) se retirando da entidade que resultou na fundação imediata da Conlutas e em 2009 da Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL)⁸.

Desde 2003, o movimento estudantil estabeleceu críticas à política econômica do governo, “blindada” pelo mercado e que seguia as orientações neoliberais no âmbito da macroeconomia e, conseqüentemente, no estabelecimento de metas de governo que determinavam as agendas de implantação de políticas públicas em todas as áreas. Nesse ínterim, o governo criou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com base no decreto de 20 de outubro de 2003 que dois meses depois apresentou um relatório final que previa as bases para pensar em uma “reforma profunda” e também a “[...] reposição do quadro docente, ampliação de vagas para estudantes, educação à distância,

⁷ Matéria completa no link: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/educacao/ult305u15290.shtml>> Acesso em 11/jun. 2017

⁸ Mais informações no link: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/nova-entidade-completa-um-ano-e-questiona-a-une>> Acesso em 11/jun. 2017

autonomia universitária e financiamento que, segundo o GTI, resolveriam o problema das instituições federais de educação superior” (OTRANTO, 2006, p. 1)⁹.

As decisões dos coletivos se baseiam em estratégias pensadas e postas em prática em nível nacional e, sendo assim, as ocupações das universidades contra a reforma universitária se voltaram a buscar uma resolução negociada com o governo mas também com as reitorias, que a esta altura já estavam no centro da demanda dos estudantes com as suas pautas específicas voltadas para as suas respectivas universidades. Desse modo, a saída da greve se deu diante de um deslocamento do *confronto político* em direção às reitorias.

O segundo ciclo: diálogo crítico e ênfase nas pautas específicas

O segundo ciclo proposto se deu a partir de 2005 até 2015, sendo um período marcado pela ascensão do lulismo mas antes de analisar este período, a crise política resultante do escândalo de corrupção que ficou conhecido como “mensalão” fez os movimentos sociais brasileiros recuarem a partir de 2005 na sua estratégia de se valer de repertórios de confronto com o governo, reconhecendo, portanto, que o governo estava conseguindo avanços na área social e que os interesses prevaletentes do governo petista diferia dos demais que estavam em jogo no campo dos seus adversários. A lógica em questão se dá em torno da representação política e do projeto político em disputa na sociedade civil e na sociedade política (DAGNINO, 2006), sobretudo, nos aspectos da militância dentro dos partidos de esquerda.

Tal leitura aqui exposta difere do uso simplificador da chave analítica da cooptação dos movimentos sociais para explicar a atuação destes durante o lulismo.

Sendo assim, a partir de 2005 o movimento estudantil capitaneado pela UNE estabelecerá críticas ao governo petista, mas a situação política levará o movimento estudantil a uma posição de apoio com ressalvas, como é possível

⁹ *Paper* apresentado no 29º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (Anped) e disponível no *link*. OTRANTO, Célia Regina. *A Reforma da Educação Superior do governo Lula: da inspiração à implantação*. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT11-1791--Int.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

observar em resolução de conjuntura nacional aprovada no 49º Congresso da UNE, realizado em Goiânia em 2005:

vivemos hoje um dos momentos políticos mais difíceis e turbulentos na história recente de nosso país. Aproveitando-se das denúncias de corrupção envolvendo parlamentares, órgãos públicos e ocupantes de cargos no Governo Federal, os políticos conservadores, a grande mídia e o poder econômico trabalham freneticamente visando as eleições de 2006. Através de uma ação corrosiva, buscam sabotar, dividir e desmoralizar as forças progressistas. O que eles querem é imobilizar e enquadrar o Governo Lula, obstruindo o avanço da agenda de mudanças aprovada nas urnas em 2002. Pensamos que todas as denúncias sobre corrupção precisam ser investigadas a fundo, e os corruptos devem ser punidos. Esse processo deve começar pelos inúmeros escândalos surgidos durante o Governo neoliberal de FHC, que passou seus últimos anos mergulhado até o pescoço em escândalos de corrupção que envolviam BILHÕES de reais. Ao longo dos sucessivos governos das elites conservadoras, a corrupção encrustou-se na máquina estatal brasileira. Para combater esse mal que tomou conta da administração pública são necessárias medidas estruturais, como uma reforma política democrática que, impedindo mecanismos como a cláusula de barreira, fortaleça os partidos e amplie a participação do povo nas decisões do país. O Governo Lula vem tomando, desde o início, medidas de combate à corrupção. Não somos ingênuos e nos recusamos a aceitar a pressão da oposição conservadora, que quer montar palanque e antecipar a disputa eleitoral do ano que vem. Eles querem ver o circo pegando fogo, o país paralisado. Enquanto isso vão tramando seus planos para voltar ao poder em 2006, fazendo o país regressar à agenda neoliberal de submissão do país e destruição das conquistas sociais. Mas temos absoluta clareza de que o Governo precisa intensificar a política de combate à corrupção, e isso passa pela averiguação imediata e transparente das acusações envolvendo Henrique Meirelles e pela demissão de Romero Jucá. Ao contrário daqueles que trabalham para "enquadrar" o Governo Lula em uma agenda conservadora – acreditamos que neste momento é preciso "dobrar a aposta" nas mudanças, através de medidas que abram caminho para um novo modelo econômico. É preciso baixar os juros de maneira firme, consistente e responsável, introduzir mecanismos de controle seletivo dos capitais que entram e saem do Brasil e diminuir o superávit primário – possibilitando assim mais investimentos sociais e em infra-estrutura. Além disso, o Governo Lula tem que reconsiderar a presença de alguns agentes que atuam na área econômica. Para implementar uma política econômica a serviço do desenvolvimento também será necessário reunir apoio político e social para pôr fim à ofensiva dos círculos dominantes. Nesse sentido é necessário construir uma nova e sólida maioria política e social com base em uma política programática de alianças que inclua a esquerda, os setores progressistas, os patriotas, o setor produtivo nacional, as entidades reunidas em torno da Coordenação dos Movimentos Sociais e todos aqueles que estão dispostos a cerrar fileiras contra o neoliberalismo, ampliando e fortalecendo, cada vez mais, o programa de mudanças aprovado nas urnas em 2002, e isolando as elites conservadoras e sua gritaria falsamente moralista. E essa nova maioria política e social só vai ser efetivada se houver também a construção de uma outra lógica de governabilidade, não mais somente baseada em acordos no Congresso Nacional, mas sim em mecanismos de participação popular que empoderem de fato o povo

brasileiro das decisões políticas, tais como o orçamento participativo nacional (OP-BR)¹⁰.

O tom da resolução é de apresentação de críticas ao governo Lula, mas com a manutenção do apoio político ao governo em uma teia complexa envolvendo a dimensão partidária como “campo programático” influente e decisivo no movimento estudantil. Para Estebán Iglesias (2011, p. 144-45), a UNE buscou fugir dos dois extremos – cooptação ou confrontação total – acenando de modo favorável a partir do segundo governo de Lula para as políticas “reformistas” que davam um caráter de popularização do ensino superior. Para o autor,

con la llegada del PT al poder, el vínculo entre los movimientos sociales con la esfera gubernamental, para los dirigentes de la UNE presentaba el desafío de «... huir de los dos extremos» (entrevista a dirigente de la UNE) en referencia a la posibilidad de cooptación por parte del gobierno y a la confrontación total con el mismo. El vínculo organizado en torno al «diálogo crítico» le permitió a la UNE ubicarse en un punto de equilibrio entre los polos señalados. La explicación sobre este tipo de relación no sólo radica en la historia de afinidades políticas e ideológicas que la UNE ha mantenido con el PT sino, también, con las políticas públicas educativas que el gobierno de Lula, a diferencia del de Fernando Henrique Cardoso, se encuentra implementando. Tanto el programa «Universidad para todos» como la creación de nuevas universidades son consideradas positivamente por los dirigentes del movimiento estudiantil. Por otra parte, el gobierno de Lula ha presentado a la sociedad su propuesta de reforma universitaria, estando su Ministro Tarso Genro a cargo del diálogo político que involucró a los sectores de la comunidad educativa. Si bien es cierto que se evalúan positivamente las políticas educativas del gobierno, queda pendiente, para este movimiento, la profundización del modelo. En este sentido, se señala que las transformaciones producidas no se consideran suficientes. Entonces, ¿cómo se concreta este tipo de transformación política? Las posibilidades de concretar las transformaciones sociales que los movimientos sociales desean plasmar en la sociedad brasileña pasan por la relación con el gobierno. En este sentido, indican «... que las transformaciones sociales que nosotros (...) los movimientos sociales queremos pasan por el diálogo, en algunos momentos con mayor enfrentamiento y en algunos momentos con mayor diálogo (...) pero pasan sobre todo por tener al gobierno de Lula como aliado...» (entrevista a dirigente de la UNE).

Mesmo diante do lulismo, é importante reconhecer que os estudantes se mobilizaram por pautas mais amplas, mas sem provocar o desequilíbrio da “arbitragem de interesses”, que pressupõe a operação da estratégia lulista de agradar a todas as

¹⁰ Disponível no link: <<https://midia independente.org/pt/blue/2005/07/322035.shtml>> Acesso em 1/jun. 2017

classes, sendo a sua essência a contradição, visto que também busca representar profundamente os antagonistas do seu projeto político.

Nesse sentido, a cartografia das lutas estudantis entre 2007 e 2008, a qual se refere Bringel (2009) envolveu a contestação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) organizando várias ocupações de reitoria, porém, os grupos mais importantes souberam apontar as limitações do projeto, mas sem expor críticas ao governo Lula. Daí que em diversas universidades foi possível dar ênfase às questões locais, aproximando o movimento das pautas cotidianas da universidade, desafiando a reitora enquanto “detentora de poder”.

Esse novo ciclo de protestos do movimento estudantil sustentado principalmente a partir de 2007 manteve como traço central a intensificação do discurso lulista de representação dos mais pobres no interior da universidade, havendo assim a modificação não somente dos repertórios de ação que retiraram consideravelmente o movimento das ruas, mas do projeto político em si, agora mais moderado e próximo da arbitragem de interesses enquanto alicerce do lulismo no âmbito institucional.

Em termos analíticos, vale reiterar que a arbitragem de interesses operada pelo lulismo parece ter sido costurado fora dos espaços intraestatais de negociação, já que tiveram impacto imediato nos movimentos sociais através dos seus ciclos de mobilização, mas diante da chancela de acordos políticos entre movimento e as instâncias partidárias (com o aval do governo). Na UNE, por exemplo, as forças político-partidárias ocupam a direção e disputam a tomada de decisões da entidade sob o manto das estratégias decididas no âmbito dos partidos (no caso do PT envolve as tendências internas). As “juventudes” dos partidos competem nas universidades no intuito de dirigir as organizações estudantis.

Após as ocupações realizadas contra o Reuni e o Prouni, os coletivos vinculados aos partidos governistas passaram a agir para disputar o REUNI dentro de cada universidade, o que propiciou um deslocamento do conflito com o governo. As ocupações tiveram apoio de partidos com assento no governo, mas tiveram como pauta ir de encontro à adesão individual das universidades

ao REUNI, como mostra matéria do site G1 (18/10/2007) sobre a ocupação realizada nas universidades brasileiras:

uma onda de ocupações nas universidades federais já atingiu pelo menos cinco instituições pelo país. O alvo comum das manifestações em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e na Bahia é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, do Governo federal, chamado de Reuni. A Universidade Federal da Bahia (Ufba) é a que mantém o protesto mais longo - está ocupada desde o dia 1º de outubro. No Rio, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) tem a reitoria invadida e a Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, foi desocupada nesta quarta-feira (17). Em São Paulo, o setor administrativo do campus de Guarulhos da Unifesp foi ocupado na noite dessa quarta. Implantado em abril deste ano, o objetivo do Reuni, segundo o decreto que o instituiu, é ampliar o acesso e a permanência na educação superior, com melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais. A meta é aumentar a relação professor/aluno (para um para 18) e elevar para 90% a taxa de aprovação dos estudantes ao final de cinco anos. O Ministério da Educação (MEC) pretende investir cerca de R\$ 2 bilhões até 2010. Estão nas diretrizes do programa a redução das taxas de abandono da faculdade, a ocupação de vagas ociosas e o aumento de vagas, principalmente no período noturno. As universidades que aderirem terão de reformar seu currículo, para que ele ofereça maior chance de mobilidade aos estudantes. No entanto, os mais críticos afirmam que a proposta pode levar ao sucateamento da universidade e temem a perda de qualidade dos cursos e da produção científica. A União Nacional dos Estudantes (UNE) pretende pedir mais tempo para que o projeto seja discutido, pois as instituições que pretendem aderir a ele, pelas regras do MEC, devem enviar sua proposta somente até o dia 29¹¹.

As ocupações contaram com coletivos críticos ao governo petista, mas as posições contrárias ao Reuni também coabitavam os coletivos partidariamente vinculados ao governo, no entanto, a leitura exposta por este segmento do movimento foi que o Reuni tinha pontos mais favoráveis aos interesses do movimento, passando a significar para o movimento uma oportunidade política (TARROW, 2009) em torno da narrativa de defesa de uma universidade popular, só que a disputa foi transferida para o confronto com as reitorias. Uma resolução do VI Congresso de Estudantes da UFBA (2009) dá o tom do que passaria a acontecer no movimento em todo o país:

o Sexto Congresso de Estudantes da UFBA, fórum máximo de deliberação dos estudantes, segundo estatuto do DCE, ocorreu entre os dias 5 e 8 de novembro de 2009 com o tema: Universidade Popular, juventude em movimento. O Sexto Congresso teve como

¹¹ A matéria pode ser acessada no link: <<http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL152713-5604,00-ONDA+DE+OCUPACOES+ATINGE+UNIVERSIDADES+FEDERAIS.html>> Acesso em 14/jun. 207

objetivo central atualizar a pauta política do movimento estudantil da UFBA, recuperando bandeiras históricas que recolocasse as/os estudantes nas ruas, retomando a capacidade mobilizadora do movimento estudantil e a tentativa de renovação da pauta política para o período que a universidade vive. Desta forma entendemos que a próxima gestão do DCE deve se comprometer com a realização do 7º congresso no prazo inferior a dois anos, a fim de renovar de fato a pauta política. Este congresso aconteceu em um contexto de desmobilização que não permitiu ao conjunto dos estudantes um maior envolvimento no congresso e conseqüentemente dificultou avanços reais em algumas pautas importantes para o ME da UFBA, nesse sentido, reconhecemos a responsabilidade principal da direção do DCE, bem como dos DA's e CA's e estudantes comprometidos com a organização, construção e mobilização necessária para garantir a presença em massa dos estudantes no congresso, (capital e interior), não garantindo um evento mobilizado como o 5º Congresso. Contudo, este congresso apresentou conclusões propositivas ao contribuir para formulação de um novo projeto de universidade além da avaliação da necessidade de mobilização em defesa das nossas reivindicações, marcos como a criação da diretoria LGBT, a primeira de uma universidade federal, assim como a mudança da diretoria de Gênero para de Mulheres, dialogando com as mulheres estudantes e a mudança da diretoria de combate ao racismo para reparação racial. Tais mudanças demonstram o caráter deste congresso, integrado com as comunidades e movimentos sociais e atento para o debate referenciado nas parcelas das classes trabalhadoras e historicamente oprimidas. Assim, o Sexto Congresso de estudantes da UFBA se apresentou no momento importante para o movimento estudantil da UFBA, ao colocar como questão central à luta por uma política estruturante de assistência estudantil e, principalmente, a abertura imediata do RU de Ondina! Portanto, este congresso teve um papel importante na tentativa de reorganizar os estudantes para o próximo período de luta pelo atendimento de suas reivindicações, juntamente, com suas entidades historicamente construídas (UNE, UEB, DCE, DA's/CA's).

O Reuni levou o movimento a entender que havia em curso uma disputa por um projeto de universidade popular em diálogo com a narrativa do lulismo de “ricos x pobres”, mas passando a disputar em cada universidade os rumos desta política pública, já que cada universidade decidiria o que fazer com os recursos enviados pelo governo federal. O delineamento desta política “acelerou” e radicalizou o papel das pautas específicas do movimento, deixando o governo isento de críticas e pressões mais contundentes.

Diferente da proposta de ciclo com seu encerramento em meados dos anos 2000 proposto por Breno Bringel (2011), este trabalho compreende que, na verdade, *há um ciclo de mobilizações iniciado em 2005 pelo movimento estudantil brasileiro a partir da consolidação do lulismo enquanto elemento de representação de um projeto político, mas por meio da “arbitragem de*

interesses”, conforme salienta André Singer (2012) ao apontar que o lulismo atuou interferindo a favor de uma conciliação de classes e conseqüentemente, gerando impactos nas estratégias de mobilização dos movimentos sociais em geral, ainda bastante ligados aos partidos políticos que compuseram os governos Lula e Dilma.

Dessa maneira, é possível afirmar que tivemos um *ciclo de protestos do movimento estudantil* iniciado em 2005 diante da consolidação do realinhamento eleitoral do lulismo balizado pelos eleitores mais pobres, assim como devido à ascensão de padrões de mobilização que estiveram bastante focados na dimensão endógena das universidades por meio da valorização das “pautas específicas” pró-Reuni, além do que esse período correspondeu à intensificação de políticas voltadas para os mais pobres, inclusive, no tocante a valorização do acesso ao ensino superior (Cotas, Prouni, Fies, expansão das IES públicas etc.), somando-se às decisões que trouxeram um dinamismo no consumo e na renda da maioria da população através da valorização do salário mínimo, transferência de renda e alastramento considerável do volume de crédito disponível.

Assim como defendemos a abordagem do lulismo por meio da dimensão do caráter de representação política dos mais pobres, esse fato leva à consolidação de novas tensões referentes ao projeto político defendido pelo movimento estudantil. Isso quer dizer que esse novo ciclo de mobilizações sustenta-se, como afirmam os líderes estudantis desse recente período, pelo intuito de defender uma “universidade popular” que de modo conjuntural responda aos objetivos de defesa de políticas que gerem uma inclusão social aos moldes lulistas no interior das universidades, incorporando bandeiras mais amplas que adquirem muita importância nesse cenário: pautas de igualdade de gênero, combate à homofobia, ao racismo, entre outras.

Sendo assim, o impacto do lulismo no movimento estudantil levou à reconstrução das pautas, estabelecendo uma delimitação mais clara nas questões específicas à universidade, já que os partidos vinculados ao movimento, ao compor o governo passaram a estabelecer uma posição de apoio e de moderação das críticas, se escolhendo pela exclusão de repertórios de ação (protestos e atos de rua, por exemplo) que confrontassem políticas do

governo por conta do peso da determinação partidária, crucial na orientação ideológica e pragmática dos grupos pertencentes ao movimento.

O terceiro ciclo: retorno ao confronto com o governo

Desde o início do primeiro governo Dilma ficou evidente entre alguns líderes de movimentos sociais que havia ali um arrefecimento do diálogo com o governo, embora as políticas educacionais implementadas pelo governo Lula tiveram mudança na forma de enfrentamento ao governo, conforme análises anteriores.

O ocorrido ainda no primeiro governo Dilma se voltaram para o âmbito da assistência estudantil e política de acesso. Em 2012 ocorreram ocupações em defesa da ampliação do acesso e de programas que garantissem a permanência dos estudantes mais pobres na Universidade, já havendo o retorno do caráter de confronto político dos repertórios em questão. Segundo alguns militantes do DCE da UFBA, em 2014 o contexto político propiciou uma estratégia para os estudantes irem às ruas para apoiar a reeleição do governo Dilma como uma forma de garantir a continuidade de políticas públicas para as universidades e institutos federais que vinha ampliando o ingresso de sujeitos excluídos historicamente.

Conforme observa uma dirigente do movimento:

as pautas do movimento estudantil acabam sendo concomitantes com a da conjuntura do país. O movimento estudantil sempre foi vanguarda no que diz respeito a mobilização social e práxis política, embora a estrutura deste movimento seja bem específica, pois diz respeito a organização da universidade.

Apesar da presença tímida do movimento estudantil nas mobilizações em torno de junho de 2013, em 2014 os estudantes se engajaram na defesa das políticas inclusivas para a universidade que incluíam programas como o FIES, o ProUni, o Permanecer voltado para apoio aos cotistas, a criação de novas IES em áreas do interior e programas de excelência como o “Ciências Sem Fronteiras”. Em termos lulistas, o governo Dilma deu continuidade a políticas que foram entendidas por parte do movimento estudantil liderado pela UNE como essenciais à expansão das universidades.

Já a partir de 2015 e com desfecho em 2016, com a desestabilização do governo e o afastamento do PT da presidência a educação foi duramente atingida pelo governo Temer, com corte de bolsas do FIES, de assistência, levando os estudantes a adotarem uma pauta centrada na resistência ao golpe e desmonte das políticas públicas, tentando garantir minimamente que a universidade permanecesse com seu caráter público e gratuito.

Assim como a mudança no contexto político afetou as pautas do movimento estudantil, sua organização também é obrigada a se realinhar internamente diante da presença, visibilidade e empoderamento cada vez maior de minorias tais como: mulheres, negras/negros e LGBTs levando parte destes grupos a ter uma presença maior nos quadros da direção do movimento. Conforme observa o Diretor da UNE Rodger Richer¹²:

o movimento estudantil - tendo como base a UNE - tem aprofundado a política de combate ao racismo, mulheres e LGBTs. Estas são pautas que cada vez mais ganham destaque entre os estudantes, vide a realização dos encontros setoriais: mulheres, negros e negras e LGBTs. Observa-se que gradativamente mais estudantes participam destes encontros e conseguem influenciar na agenda da UNE.

O resultado é que, por exemplo, os dois últimos ocupantes da Coordenação geral do DCE da UFBA foram estudantes negros do curso de Direito. Na atual gestão, a UNE foi ocupada pela primeira vez na história por uma mulher negra e Trans que substituiu interinamente a Presidente Carina Vitral que se lançou candidata para disputar a prefeitura de Santos (SP). A presença das minorias se reflete também na rede do movimento estudantil: DAs, CAs, DCEs e UEEs.

Ao mesmo tempo existem críticas dos militantes em relação a pouca atenção dada para as pautas internas do movimento como a transparência nas contas da entidade bem como a construção de um orçamento participativo. Da mesma forma debates como o que envolve as carteirinhas da UNE que garantem a meia-entrada nos espetáculos públicos, tendem a crescer no movimento estudantil. Mas de uma forma geral a questão de maior destaque segundo militantes ouvidos se refere a representatividade (participação feminina, negra e LGBT nos espaços diretivos das entidades estudantis.

¹² Depoimento obtido em junho de 2016.

Essa experiência do terceiro ciclo do movimento estudantil no Brasil possui uma certa especificidade e apresenta um distanciamento em relação às pautas que se evidenciam nos governos refundadores da América Latina na medida em que estes se defrontam com questões mais específicas envolvendo a institucionalidade liberal voltada para o desequilíbrio entre os poderes (SILVA, 2015). Aqui, ao contrário, este último ciclo das mobilizações se distancia ainda mais das estratégias de lutas com identidade classista, passando a se integrar a uma política de confronto que enfatiza as desigualdades de gênero, etnia, entre outras minorias que limitam, se não impedem totalmente, a ampliação da participação. Essa postura também se traduz pela ocupação de militantes de defesa das pautas dos Transgêneros, negros e feministas, aos cargos de direção do movimento, algo até então desconhecido nas organizações estudantis.

Trata-se, sem dúvida, de um processo que veio evoluindo ao longo do governo petista mas que também foi influenciado pela conjuntura internacional, a política educacional e o processo de afastamento da Presidente Dilma e o recrudescimento de políticas conservadoras.

A inclusão de novos atores (negros, negras, LGBT, mulheres) nos movimentos e na direção contribui para a fortalecimento das identidades e o empoderamento discursivo do grupo, aspectos fundamentais para superar as assimetrias que ocorrem nos processos participativos. Trata-se de um passo importante, mas não exclusivo, no sentido do aprimoramento da representação na democracia. Como observa Luis Felipe Miguel (2013, p. 14), um desafio a qualquer democracia reside no fato de que ela " deve lidar com a capacidade diferenciada dos indivíduos de determinar suas próprias preferências e interesses de acordo tanto com os recursos cognitivos que dispõem, quanto com a posição em que se encontram na sociedade."

Este terceiro ciclo de protesto tem como potencial a retomada do caráter de confronto político com o governo e recoloca o movimento estudantil brasileiro nas ruas, mas com atores que até pouco tempo estavam fora das universidades. Em outros termos, estes novos atores se cruzam com as organizações tradicionais do movimento ainda sob a influência dos partidos políticos.

Considerações finais

A proposta de construção dos ciclos de protesto do movimento estudantil brasileiro proposto neste artigo buscou apontar para as particularidades de três momentos distintos, sendo que as mobilizações das décadas de 1990 e início dos anos 2000 foram marcadas pela ênfase em protestos de confronto aberto com o governo e sucedido pela desmobilização dos protestos e a transferência do confronto do movimento com as reitorias.

Entendemos que o lulismo como dimensão de interação do movimento com o sistema político provocou o apoio de grande parte do movimento que entendia o Reuni e outras políticas do governo como a busca pela popularização das universidades do país, potencializando o confronto com as reitorias diante do fato de que o Reuni transferia para as universidades o gerenciamento de recursos, mas também como estratégia do movimento em fugir de críticas e protestos contra o governo enquanto uma "arbitragem de interesses" sugerida por André Singer (2012) como forma de relação entre governo, partido e movimentos sociais.

O retorno das críticas ao governo ocorre de maneira gradual diante do arrefecimento de diálogo com o primeiro governo da Presidente Dilma, mas a partir de 2015 este ciclo retoma os protestos nas ruas do país enquanto um desfecho do impeachment da presidenta Dilma reeleita em 2014.

No entanto, essa configuração de retorno às ruas ocorre diante de mudanças localizadas no âmbito interno do movimento, no perfil das suas lideranças e na capacidade de continuar a enfatizar as pautas específicas mas em equilíbrio com as pautas amplas. Talvez, o grande desafio ao movimento seja entrecruzar as suas matrizes discursivas diante dos repertórios e da novidade da identidade "estudante" está em crise diante do debate identitário posto nas universidades brasileiras nesse momento, refutando a ideia simplificadora de que o movimento estudantil pouco ou nada se mobilizou nas últimas décadas.

Referências bibliográficas

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. São Paulo, **Lua Nova**, 2009, no.76, p.49-86.

ANDREWS, Kenneth (2001). "Social movements and policy implementation: the Mississippi civil rights movement and the war on poverty, 1965 to 1971". *American Sociological Review*, n. 66, p. 71-95.

BOSCHI, Renato. **A arte da associação**: Política de base e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vertice. 1989.

BRANDÃO, L. C. A literatura sobre Movimentos Sociais: Interações entre a Política Institucional e a Política não Institucional. **BIB**, São Paulo, nº 71, 1º Semestre de 2011, pp. 123-143.

BRINGEL, Breno Marqués. El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST. **Revista Nera 9** (2012): 28-48.

_____. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. **Eccos-Revista Científica** 11.1 (2009): 97-121.

CARLOS, Euzenéia. Movimentos sociais e sistema político nas teorias dos movimentos sociais. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 17, n. 1, 2015.

CRESS, Daniel M.; SNOW, David (2000). "The outcomes of homeless mobilization: The influence of organization, disruption, political mediation and framing". *American Journal of Sociology*, n.105, p. 1063-1104.

DAGNINO, E. **Sociedade civil e a construção de espaços públicos**. In: DAGNINO, E. (org.). Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

_____.; OLVERA, A. J.; PANFICHI. 2006. "**Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina**". In:_____.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A (orgs.). A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e terra, 2006; Campinas, UNICAMP.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. Teorias dos movimentos sociais na contemporaneidade. In: GOHN, M. G.; BRINGEL, B. (orgs). Movimentos sociais na era global. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOLDSTONE, Jack. (2003). Bridging institutionalized and noninstitutionalized politics. In: Jack Goldstone (Ed.); States, parties, and social movements. Cambridge: CambridgeUniversity Press. p.1-24.

KOWARICK, Lúcio. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** 1.3 (1987): 38-50.

MARANHÃO, Jucilene Dias; PASSOS, Waldiséia dos Santos. Adesão da UFBA ao REUNI e a nova modalidade curricular: os bacharelados interdisciplinares. In: VI colóquio internacional de políticas e práticas curriculares, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16705>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, dez. 2011. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/soc/v13n28/03.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

McCARTHY, John.; ZALD, Mayer. (1973). The trends of social movements in America: professionalization and resource 52 Interseções [Rio de Janeiro] v. 17 n. 1, p. 15-53, jun. 2015 – CARLOS, Movimentos Sociais e Sistema Político ... mobilization. Morristown, N. J.: General Learning Press.

_____. (1977). Resource mobilization and social movements: a partial theory. The American Journal of Sociology, vol. 82, n. 6, p.1212- 1241.

MIGUEL, L. F. Democracia e representação: territórios em disputa. São Paulo: UNESP, 2013.

SILVA, Fabrício Pereira da. Democracias Errantes. Rio de Janeiro: Ponteio, 2015.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009 [1998].

TATAGIBA, L., & BLIKSTAD, K. (2011). Como se fosse uma eleição para vereador: dinâmicas participativas e disputas partidárias na cidade de São Paulo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*.

TILLY, Charles. (1978). From mobilization to revolucion. Newberry Award Records.

_____. Movimentos Sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 3, p. 133- 159, janeiro/julho, 2010.

SZWAKO, José Eduardo León. (2012). 'Del otro lado de la vereda': luta feminista e construção democrática no Paraguai pós-ditatorial. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

TOURAINÉ, A. (1985). An introduction to the study of social movements. *Social Research*, 52, p. 749-788.

VON BÜLOW, Marisa; ABERS, Rebecca. (2011). Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. *Sociologias*, ano 13, n. 28, p.52-84.